



Ata n.º 5/2017
(relativa à reunião do Conselho Pedagógico de 6 de abril de 2017)

Ao sexto dia do mês de abril de 2017, pelas 14 horas, deu-se início à reunião ordinária do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, regularmente convocada nos termos do artigo 58º, nº1, dos Estatutos da FDL e de acordo com a ordem dos trabalhos previamente estabelecida.

Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho Pedagógico: os docentes Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro, Dr. Ricardo Bernardes, Dr. Jorge Veiga Testos, Prof. Dr.ª Miriam Afonso Brigas, Dr. João Matos Viana, Dr. Tiago Fidalgo de Freitas, Dr. João Lemos Esteves e Prof. Dr. José Renato Gonçalves, que presidiu a reunião. Estiveram igualmente presentes os discentes Mónica Almeida (que secretariou a reunião), Francisco Chilão, João Pinto Ramos, Afonso Olivares, Raquel Goldschmidt, Dr.ª Margarida Monteiro, Francisco Pimenta, Raquel Sequeira, Patrícia Silva, Filipa Teixeira Diniz e Dr. David Brito.

O discente Gonçalo Martins dos Santos, Vogal do Departamento Pedagógico da AAFDL esteve presente nesta reunião, nos termos do artigo 58º, nº2, dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa, em representação da AAFDL.

Iniciou-se a reunião pelo período antes da ordem do dia com duas notas deixadas pelo Prof. Dr. José Renato Gonçalves, sendo a primeira relativa ao projeto do Novo Regulamento de Avaliação. O Prof. Dr. José Renato Gonçalves disse que na reunião do Conselho Científico realizada no dia anterior se tinha decidido criar um grupo de trabalho para analisar as alterações feitas ao Regulamento aprovadas pelo Conselho Pedagógico. Os membros desse grupo de trabalho seriam, segundo proposto, o Prof. Dr. Miguel Teixeira de Sousa, o Prof. Dr. Pedro Barbas Homem, o Prof. Dr. Fernando Araújo e o Prof. Dr. Carlos Blanco de Moraes. Não é seguro que sejam estes, precisamente, os membros do grupo de trabalho por dois motivos: primeiro, porque o Prof. Dr. Fernando Araújo não estava presente na reunião e, por isso, pode depois entender se opor a essa proposta. Em segundo lugar, os decanos dos grupos de ciências jurídico-políticas e de ciências jurídicas não estavam presentes na altura na reunião, pelo que ainda seriam ouvidos quanto à composição do referido grupo de trabalho.

Nesta altura entraram na reunião os discentes Francisco Chilão, Dr. David Brito e Afonso Olivares.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves comunicou que, tal como tinha ficado definido na passada reunião do Conselho Pedagógico, transmitira uma mensagem aos membros do Conselho Científico na qual identifica as principais alterações feitas ao Regulamento de Avaliação, tendo acrescentado que poderemos esperar a receção do parecer do Conselho Científico sobre o assunto, na melhor das hipóteses, após a próxima reunião daquele órgão, provavelmente no dia 3 de maio.

A Prof. Dr.ª Miriam Afonso Brigas informou que foi elogiada a prestação do Prof. Dr. José Renato Gonçalves na última reunião do Conselho Científico, por ter



C A

enviado a documentação pedida e por ter destacado as principais alterações ao Regulamento.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves referiu depois que, relativamente às 28 irregularidades apresentadas pelo discente Gonçalo Martins dos Santos na passada reunião, através dos contactos efetuados quer com Divisão Académica, quer com o Sr. Diretor e com a Sra. Diretora Executiva, constatou que algumas das referidas situações já tinham sido, entretanto, resolvidas ou ultrapassadas.

O discente Gonçalo Martins dos Santos, intervindo no período antes da ordem do dia, perguntou quando seria a referida reunião do Conselho Científico que iria emitir o parecer relativo às alterações propostas no Regulamento de Avaliação.

A Prof. Dr^a. Miriam Afonso Brigas referiu que o Conselho Científico tem reunido de 3 em 3 semanas e que, por isso, em princípio, a reunião seguinte será no dia 3 de maio.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves salientou que, no entanto, não era garantido que o parecer fosse efetivamente apresentado e sobretudo aprovado nessa reunião.

O discente Gonçalo Martins dos Santos lembrou que, após a emissão do parecer do Conselho Científico, a proposta do Novo Regulamento de Avaliação voltaria a ser discutida pelo Conselho Pedagógico e que é urgente que o Novo Regulamento seja conhecido por toda a comunidade académica, pelo que sugeriu que se marcasse a próxima reunião do Conselho Pedagógico para logo após a referida reunião do Conselho Científico de modo a se poder aprovar definitivamente o Regulamento revisto.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves propôs o agendamento da próxima reunião do Conselho Pedagógico para o dia 9 de maio, terça-feira, às 10 horas, podendo esta data ser ajustada em função da data de emissão do parecer do Conselho Científico.

Nesta altura, por volta das 14:10h, o discente Francisco Pimenta entrou na reunião.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves aproveitou ainda o período antes da ordem do dia para referir que os serviços o tinham informado de que todas as atas do ano passado já estavam assinadas e digitalizadas, mas que, lamentavelmente, ainda não tinha sido possível concretizar a respetiva publicação no sítio internet da Faculdade. O Prof. Dr. José Renato Gonçalves lamentou ainda que a página internet com a composição do Conselho Pedagógico se mantivesse desatualizada, tendo por isso vindo a insistir junto dos serviços para que se procedesse à respetiva atualização tão brevemente quanto possível.

A Prof. Dr^a. Miriam Afonso Brigas salientou que a questão de as atas não terem sido ainda publicadas não era secundária. Acrescentou que a questão era especialmente relevante quando o Novo Regulamento de Avaliação entrasse em vigor e, por isso, considerava urgentíssimo proceder à publicação das atas.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves informou que tinha sido anexado à ata da reunião de fevereiro o texto do Regulamento revisto, para conhecimento de todos os interessados (o projeto de ata daquela reunião foi elaborado pelo Dr.



David Brito, mas, apesar de ter sido aprovado, assinado e entregue aos serviços, ainda não tinha sido publicado).

Nesto momento, entrou na reunião o Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves referiu que aguarda a todo o momento a publicação das atas, todas há muito tempo aprovadas, assinadas e entregues, de modo a que toda a comunidade académica e o público em geral possam conhecer o conteúdo das mesmas.

O discente Gonçalo Martins dos Santos sustentou a preocupação da Prof. Dr.^a Miriam Afonso Brigas relativamente à falta de publicação das atas, referindo o facto de só haver publicação de duas atas do ano de 2016 e referiu ainda o facto de não ter havido atualização no site da faculdade relativamente aos novos conselheiros discentes.

Por volta das 14:15h entrou na reunião o Dr. Ricardo Bernardes.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves considerou que quase lhe parecia indelicado da sua parte continuar a insistir praticamente todas as semanas nas mensagens quer para a publicação das atas, quer para a atualização da composição do órgão visto que a sua primeira mensagem nesse sentido datava de setembro de 2016, na sequência do pedido de renúncia do Prof. Dr. Jorge Reis Novais, tendo enviado outra mensagem a 20 de outubro e logo após a comunicação de renúncia como membro do Conselho pela Dr.^a Heloísa Oliveira. O Prof. Dr. José Renato Gonçalves acrescentou que algumas das atas de 2016 demoraram muito tempo a ser elaboradas e, conseqüentemente, aprovadas, continuando aliás a faltar uma delas, relativa à reunião do mês de junho de 2016, o que também contribuiu para o atraso na publicação, pelo menos, dessas atas. Acrescentou, todavia, que recebeu nas duas últimas semanas duas mensagens do Secretariado a pedir aos Serviços de Comunicação e Imagem a publicação das atas.

O discente Gonçalo Martins dos Santos referiu como exemplo o facto de a Dr.^a Heloísa Oliveira ainda estar no site da Faculdade como membro docente do Conselho Pedagógico e que apenas se encontravam publicadas duas atas do ano 2016, sendo que já estamos em abril de 2017, referindo que esta era uma manifesta despreocupação com a atualização de informações relevantes. Perguntou ainda quem era a pessoa responsável pelo Departamento de Comunicação e Imagem.

Por volta das 14:20h o Dr. Jorge Testos entrou na reunião.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves referiu que enviou todas as mensagens ao Secretariado e não diretamente ao Departamento de Comunicação e Imagem.

A Prof. Dr.^a Miriam Afonso Brigas referiu não ter dúvidas de que o Prof. Dr. José Renato Gonçalves fez tudo o que estava ao seu dispor para resolver a situação. Acrescentou ainda que havia efetivamente um problema visto que as alterações dos membros do Conselho Pedagógico ainda não tinham sido feitas no site da Faculdade.

O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro referiu que no site da biblioteca aparece ainda o Prof. Duarte Nogueira que já não é bibliotecário há muitos



Handwritten initials in blue ink, possibly 'M' and 'A'.

meses.

O discente João Pinto Ramos referiu que o problema da desatualização do site é transversal, visto que a lista de docentes da Faculdade não inclui novos Professores assistentes.

O Dr. Tiago Fidalgo Freitas entrou na reunião por volta das 14:25h.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves colocou então em discussão o ponto seguinte da ordem de trabalhos: aprovação do projeto de ata da reunião anterior.

A Prof. Dr.^a Miriam Afonso Brigas referiu que ainda não tinha tido oportunidade de ler o projeto de ata e comprometeu-se a fazê-lo até ao final do dia.

O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro achou que o projeto de ata estava demasiado detalhado.

A discente Mónica Almeida referiu que apenas considerou que aquilo que foi dito em reunião devia ficar registado em ata.

O Dr. Ricardo Bernardes questionou se não se votaria a ata na reunião.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves propôs que o projeto de ata distribuído, em discussão e em votação, se considerasse aprovado, atendendo a que nenhum membro manifestou oposição em relação a qualquer ponto, sem prejuízo de, tal como se tornara habitual, os membros poderem apresentar alterações pontuais de natureza formal, designadamente quanto às referências às intervenções feitas, desde que essas alterações pontuais e de redação lhe fossem comunicadas durante os próximos dias e de forma clara. Na eventualidade de qualquer proposta de alteração substancial, o projeto de ata só poderia ser considerado aprovado após nova circulação do projeto pelos membros do Conselho.

Passando ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Prof. Dr. José Renato Gonçalves referiu que, tal como tinha ficado definido na reunião anterior, o Dr. Bertolino e a Dona Dália iriam estar presentes na reunião em curso.

O discente Gonçalo Martins dos Santos pediu ao Prof. Dr. José Renato Gonçalves para apresentar as respostas que já tinha obtido relativamente aos problemas levantados na reunião anterior.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves referiu que, relativamente ao problema do atraso na publicação de classificações, falou com a Dona Dália e destacou duas situações. Em relação a Direito Comercial II, turma da noite, com regência do Prof. Dr. Januário Costa Gomes, falou com o referido Professor, que lhe disse que iria solucionar a situação no próprio dia, o que fez, enviando os tópicos de correção em falta, sem os quais a Dona Dália tinha afirmado não ser possível publicar as classificações. Relativamente à situação de publicação de classificações sem a prévia publicação dos tópicos de correção da prova, o Prof. Dr. José Renato Gonçalves recebeu uma mensagem da Sra. Diretora Executiva a dizer que isso não acontecia e por isso só poderia estranhar que isso tivesse sucedido. Importava identificar precisamente qual a unidade curricular em que isso se teria verificado. Na resposta da Sra. Diretora Executiva foi feito ainda um levantamento circunstanciado de todas as subturmas com mais do que 30 alunos. Entrou na reunião, por volta das 14:35, o Dr. João Matos Viana.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves observou, com base nos documentos



Handwritten initials in blue ink, possibly 'JA' and a signature below it.

distribuídos, que 219 das 439 subturmas da Licenciatura, no semestre em curso, tinham mais do que 30 alunos inscritos e a justificação apresentada pelos Serviços para isso tinha a ver com a previsão existente no Regulamento de Avaliação de permitir aos alunos com disciplinas em atraso a frequência das aulas de avaliação continua (artigo 12º, nº 3). Observou ainda que existem 6 subturmas com menos de 10 alunos; 36 subturmas com número de alunos entre 10 e 20; 178 subturmas com até 30 alunos; e 219 subturmas com mais de 30 alunos. Das subturmas com mais de 30 alunos, 83 subturmas têm um número de alunos compreendido entre 31 e 35; 80 subturmas entre 36 e 40; e 56 subturmas com mais de 40 alunos.

A Prof. Dr.ª Miriam Afonso Brigas perguntou de quando eram os dados distribuídos.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves respondeu que os dados lhe tinham sido enviados no dia anterior pelo que deduzia que estivessem atualizados, respeitando por isso ao ano letivo em curso, de 2016-17.

O discente Dr. David Brito perguntou qual era o exatamente o número máximo de alunos nas subturmas com mais de 40 alunos.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves respondeu que não dispunha desses dados tão pormenorizados, relativamente a cada uma das subturmas, mas de forma agregada.

A Prof. Dr.ª Miriam Afonso Brigas referiu que, quando um aluno pedia autorização para se inscrever, até 40 alunos por subturma, o sistema deixava o docente autorizar, mas, a partir de 40, era necessário falar com o Dr. Bertolino para o conseguir.

Ainda relativamente aos atrasos no lançamento de classificações do primeiro semestre, o Prof. Dr. José Renato Gonçalves acrescentou que, presentemente, de acordo com os dados que lhe tinham sido transmitidos pelos serviços, só existiam duas situações pendentes: História das Relações Internacionais, turma da noite (época normal) e Direito Internacional Público, turma A (relativamente à época de recurso, coincidência).

Em relação à situação do horário prolongado da disciplina regida pela Prof. Dr.ª Inês Ferreira Leite, informou que lhe tinha sido comunicado que os alunos não ficavam prejudicados porque no dia em que tinham aula das 13h às 14h, começam o período letivo às 10h e não às 9h. Para além disso, foi-lhe também comunicado que os alunos não se opuseram à referida alteração de horário e concordaram que era uma solução apropriada às circunstâncias (relacionadas com o facto de a Professora lecionar 4 subturmas e de ser impossível marcar as aulas para outra hora por participação num programa da própria Faculdade que decorre precisamente no mesmo horário).

A discente Filipa Teixeira Diniz disse que não era exatamente isso que acontecia porque uma das subturmas tinha um furo no horário das 10h às 11h à terça-feira. Acrescentou ainda que a professora disse que o horário inicial já previa essa situação. Por tudo isso vários alunos sentiam-se prejudicados, atendendo a que a aula era conjunta, havendo maior dificuldade em participar.



O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro perguntou quantos alunos eram. A discente Filipa Teixeira Diniz afirmou que seriam cerca de 50 ou 60 alunos.

O discente Francisco Pimenta afirmou que era da subturma referida especificamente pelo Prof. Dr. José Renato Gonçalves, ou seja, da subturma em que houve alteração de horário sem que da mesma resultassem furos entre as aulas. Contudo, mantinha-se o problema da participação nas aulas devido à junção das duas subturmas.

O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro afirmou ser um problema do grupo de ciências jurídicas e que, se não havia Professores assistentes suplentes, então deveria abrir-se mais vagas para assistentes convidados.

O discente Gonçalo Martins dos Santos lamentou o facto de se ter enviado o e-mail com os problemas referidos no dia 26 de março e de a resposta ter chegada apenas a 5 de abril, ou seja, um dia antes da presente reunião do Conselho Pedagógico, o que dificultou a análise atempada dos dados. Acrescentou que continua efetivamente a haver o problema da falta de publicação dos critérios de correção no site da Faculdade mesmo após as classificações já terem sido lançadas. A pedido do Prof. Dr. José Renato Gonçalves, referiu, pelos testemunhos que tinha recolhido, como exemplo o caso da disciplina de Processo Civil, turma A.

O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro disse que se tentasse lançar as notas sem publicar os critérios, a Dona Dália não permitia e, por isso, fazia sentido a resposta dada no e-mail da Sra. Diretora Executiva.

O discente Gonçalo Martins dos Santos afirmou que não lhe tinham sido ainda disponibilizadas as tabelas com o número de alunos por subturma do segundo semestre, mas relativamente às do primeiro semestre, verificava-se que havia 219 subturmas com mais de 30 alunos e que era utilizado como argumento o artigo 12º nº 3 do Regulamento de Avaliação. Levantou o problema de, a partir do momento em que as subturmas atingem o limite máximo, ou o Professor Regente deixa de aceitar alunos, ou é necessário contratar mais Professores assistentes. Acrescentou que o problema era atenuado pelo facto de a Divisão Académica impor o limite de 40 alunos por subturma e, após atingido o limite, ser necessário pedir autorização para adicionar mais alunos. Louvou a atitude da Prof. Dr.ª Miriam Afonso Brigas que se prontificou a informar-se sobre o problema do atraso do lançamento das notas na unidade curricular de História das Relações Internacionais.

A Prof. Dr.ª Miriam Afonso Brigas afirmou ter falado com a Professora Regente que disse que não tinha conhecimento da situação. A docente comprometeu-se a tentar resolver a situação ainda nessa tarde.

O Dr. Jorge Veiga Testos afirmou não haver possibilidade de o problema ser relativo à época normal (como estava referido no e-mail enviado ao Prof. Dr. José Renato Gonçalves) visto que foram marcadas as provas orais e, para isso, as notas tinham que ter sido disponibilizadas.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves perguntou se o problema não poderia, então, ser relativo à falta de publicação dos critérios.



Handwritten signature and initials in blue ink.

A Prof. Dr.^a Miriam afirmou que, nesse caso, a culpa já não seria do docente.

O discente Gonçalo Martins dos Santos referiu outros problemas que existiam, nomeadamente a inexistência da consulta pública de notas e, relativamente aos mestrados, a inexistência de época de coincidências e o incumprimento das regras de calendarização.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves afirmou não ter recebido reposta específica quanto aos últimos problemas referidos, mas lembrou que a Direção, em janeiro, tinha conseguido encontrar uma solução, embora não ideal, para o problema referido dos mestrados.

O discente Gonçalo Martins dos Santos referiu que se continuava sem resposta em relação ao problema da consulta pública de notas.

A discente Dr.^a Margarida Monteiro referiu que era mestranda de Direito Penal em Prática Jurídica e que tem uma turma com 54 alunos o que torna quase impossível haver avaliação contínua dada as dificuldades em participar nas aulas. Referiu, como exemplo, Direito Penal V, Cibercrime que só tem lugar para 16 pessoas apresentarem um trabalho e são mais de 50 alunos. Acresce o problema de estarem presentes alunos não juristas nas aulas devido a um protocolo feito com o Instituto Superior Técnico o que prejudica a distribuição do tempo nas aulas. Relativamente ao problema do prazo da marcação dos exames, referiu que era inaceitável que só se tivesse acesso às datas duas semanas antes da realização dos mesmos exames.

O Dr. Tiago Fidalgo Freitas referiu novos problemas, nomeadamente o facto de terem sido perdidas, pelos serviços da Faculdade, pautas de orais de Direito Constitucional, turma B. Afirmou que o Dr. Bertolino tomou providências para que o problema não se repetisse no futuro, mas houve alunos que foram prejudicados. Referiu ainda que houve orais que estavam marcadas e foram desmarcadas porque a secretaria entendeu que havia coincidência de orais e que a segunda oral a ser marcada tinha precedência sobre a primeira e desmarcou orais tendo os alunos ficado à espera de nova marcação. Recordou, ainda, que faltava cerca de um mês para o início das frequências e que a Direção continuava sem marcar as frequências, o que considerou ser uma má prática pedagógica e sugeriu ainda começar já a marcação dos exames para evitar problemas anteriores, nomeadamente o referido dos mestrados.

O discente Dr. David Brito reforçou o facto de o prazo de marcação de exames de mestrado dever ser de mais de um mês e que os alunos deviam ser ouvidos. Acrescentou que existia um novo problema: o facto de haver opções livres, o que agravava a situação.

A discente Dr.^a Margarida Monteiro referiu que, no semestre passado, houve pessoas a fazer exame de recurso antes da oral de passagem.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves propôs que se transmitisse esta preocupação à Direção com vista a encontrar-se a solução mais apropriada.

O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro referiu que era impossível conseguir conciliar as marcações de todas as avaliações visto que a Faculdade oferecia muitas disciplinas diferentes. Na sua opinião dever-se-ia simplificar o



sistema de avaliação dos mestrados.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves sugeriu que se alertasse a Direção para a necessidade de publicar os calendários de exames com a maior brevidade possível.

O Dr. Tiago Fidalgo Freitas e o Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro concordaram com a necessidade de a marcação dos exames dever ser feita com a maior rapidez possível.

O discente Dr. David Brito considerou que, se a reforma feita ao regulamento dos mestrados trazia tantos problemas, possivelmente poderia fazer-se uma nova reforma. Acrescentou o problema de o regulamento de mestrados ser omissivo em muitos aspetos.

O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro afirmou que achava que o problema de serem marcados exames em simultâneo poderia ser resolvido pela secretaria.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves referiu que esta era uma questão muito pertinente, mas precisava de ser muito discutida e já se tinha criado um grupo de trabalho para tratar este problema. Comunicou que o Dr. Bertolino já tinha chegado.

O Dr. Bertolino entrou na reunião por volta das 15:15h e informou que a Dona Dália não estaria presente por se encontrar doente.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves agradeceu a presença e a disponibilidade do Dr. Bertolino para esclarecer as questões suscitadas pelo Conselho Pedagógico.

O Dr. Bertolino afirmou que se houvesse alguma questão à qual não conseguisse responder, tomaria nota e daria posteriormente a resposta.

O discente Gonçalo Martins dos Santos começou por referir o problema do excesso de número de alunos por subturma.

O Dr. Bertolino respondeu que uma possível justificação para o excesso de alunos por subturma é o facto de ser permitido aos alunos que têm cadeiras em atraso, passar de método B para método A, o que aumenta o número de alunos inicialmente inscritos nas subturmas. Referiu que, de momento, ainda havia 180 pedidos de alteração de método B para método A não aprovados. Sugeriu que se limitasse o número de disciplinas a que os alunos pudessem passar de método B para método A.

O discente Gonçalo Martins dos Santos questionou se o problema poderia ser causado pela falta de Professores assistentes ou de salas disponíveis.

O Dr. Bertolino respondeu que, possivelmente poderia haver falta de Professores assistentes.

O Dr. João Lemos Esteves perguntou se não se podia solucionar o problema passando as alterações de método B para método A para o início do semestre (e não durante o mesmo) para que as subturmas fossem desde logo criadas tendo em conta esses alunos.

Dr. Bertolino questionou quem é que iria, nesse caso, dar autorização para a alteração de método.

O Dr. João Lemos Esteves sugeriu que fosse a equipa docente, mas que depois se



encontraria a solução adequada. Sugeriu ainda que se tentasse compensar as subturmas que têm poucos alunos com as que têm excesso de alunos.

A discente Filipa Teixeira Diniz referiu que essa hipótese acabaria com a possibilidade de os alunos escolherem o Professor assistente para a cadeira que têm em atraso o que, provavelmente, levaria a que menos alunos se inscrevessem.

O discente Francisco Chilão sugeriu que a inscrição fosse feita automaticamente em método A e assim conseguir-se-ia prever logo o número máximo de alunos e seria feita uma melhor gestão das subturmas.

O discente Dr. David Brito referiu que esta situação já tinha sido discutida nas alterações feitas ao Regulamento de Avaliação e que na proposta do Novo Regulamento de Avaliação os alunos que querem passar de método B para método A, não estarão sujeitos à aprovação do Professor Regente, mas sim às vagas de alunos nas subturmas.

O discente Gonçalo Martins dos Santos referiu que o principal problema reside na falta de Professores assistentes e que se deveria encontrar alguém que explicasse esta falta de Professores assistentes.

A discente Patrícia Silva reforçou o problema levantado pelo discente Gonçalo Martins dos Santos, acrescentando que, para resolver o problema, ou se abriam mais subturmas, ou tinha que se alterar o limite de número de alunos por subturma.

O Dr. Bertolino referiu que o que se verificava é que muitos alunos que estão inscritos nas subturmas, efetivamente não aparecem nas aulas, o que não permite uma visão real do número de alunos que efetivamente a subturma tem.

O Dr. Ricardo Bernardes perguntou se não era possível administrativamente controlar estas ausências dos alunos.

O Dr. Bertolino respondeu, dizendo que a Divisão Académica só tem conhecimento da desistência do aluno se este for comunicar à Divisão Académica.

A discente Patrícia Silva referiu o exemplo da disciplina de Direito das Obrigações, na qual a participação vale 70% da nota final e, para resolver este problema da ausência permanente de alguns alunos, a professora cortou-os da pauta apesar de estes não terem comunicado a desistência em termos oficiais.

O discente Francisco Chilão referiu que, se há forma de controlar os alunos que passam de método B para método A, também deveria haver forma de controlar os que passam de método A para método B para evitar este tipo de problemas.

O Dr. João Lemos Esteves referiu que leciona Direito dos Contratos II e que tem 3 subturmas à noite, das quais, duas delas têm menos de 10 alunos. Perguntou se não se podiam ter criado antes apenas duas subturmas visto que era suficiente.

O Dr. João Matos Viana abandonou a reunião, por volta das 15:45h.

O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro referiu que em Direito Comparado, turma da Noite, existia o mesmo problema.

O Dr. Bertolino referiu que iria anotar o problema para o tentar esclarecer.

O Dr. Tiago Fidalgo Freitas afirmou que a formação de subturmas e a distribuição



dos docentes pelas mesmas eram feitas, em cada ano, com base em estatísticas elaboradas no ano anterior, o que leva a que haja algumas discrepâncias. Para resolver este problema, foram criadas alguma regras para o ajustamento de alunos por subturma, por exemplo, não ser permitido abrir uma subturma que tenha menos de 15 alunos. No entanto, acha que este ano este método não foi aplicado dado existirem subturmas com menos de 15 alunos.

O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro referiu que o caso de Direito Comparado era diferente porque foram criadas duas subturmas apenas por uma questão de compatibilidade. O Professor não considera ser positivo a extinção de subturmas com menos de 15 alunos.

A discente Margarida Monteiro referiu que houve mestrados que não abriram porque tiveram menos de 15 alunos inscritos.

O Dr. Tiago Fidalgo Freitas lembrou que os recursos são escassos e, por isso, era necessário fazer algumas escolhas, o que poderia justificar que não fosse possível abrir disciplinas com tão poucos alunos inscritos.

O discente Gonçalo Martins dos Santos referiu uma questão levantada, em sede de Órgão, há dois anos pelo Dr. Tiago Fidalgo Freitas, relativa à criação de *numerus clausus* de alunos por subturma por cada disciplina

O Dr. Tiago Fidalgo Freitas explicou o ponto referido pelo discente Gonçalo Martins dos Santos. A questão era como é que se resolveria o problema da discrepância entre o número de alunos por subturma e as disciplinas optativas. Uma solução foi estabelecer *numerus clausus* para cada disciplina, ou seja, assim que fosse atingido o número limite, não se aceitariam mais inscrições na disciplina. Referiu ainda considerar que esta não era uma solução ótima.

O discente Dr. David Brito referiu que uma solução possível seria que a subturma da optativa fosse diferente da subturma em que se tem todas as outras disciplinas.

O Dr. João Lemos Esteves referiu que o problema da sua optativa é diferente pois há muito poucos alunos em cada uma das três subturmas.

O Dr. Bertolino esclareceu que, em Direito dos Contratos II havia muito mais alunos inscritos do que os referidos pelo Dr. João Lemos Esteves, a verdade é não apareciam nas aulas, pois duas das subturmas tinham 17 alunos inscritos e a terceira subturma tinha 20 alunos inscritos.

O discente João Pinto Ramos referiu que, no segundo ano, turma B, na disciplina optativa, havia uma grande discrepância de número de alunos inscritos em cada optativa e, tendo em conta o total de alunos (que era de cerca de 250 alunos) deveriam ter sido criadas 8 subturmas para respeitar o limite de 30 alunos por subturma, mas foram apenas criadas 7 subturmas e a divisão de alunos foi feita incorretamente.

A Prof. Dr.^a Miriam Afonso Brigas saiu da reunião por volta das 16:00h.

A discente Patrícia Silva referiu que o excesso de alunos era verificável em quase todas as subturmas, independentemente da optativa.

A discente Raquel Goldschmidt referiu que a sugestão do discente Dr. David Brito que consistia em haver uma subturma diferente nas optativas, era pertinente,

pois resolvia o problema da discrepância do número de alunos entre as subturmas.

O Dr. Tiago Fidalgo Freitas levantou questões sobre problemas pedagógicos derivados da implementação do Programa Fénix, problemas estes que se prolongaram, inclusivamente, até à época de exames. Começou por perguntar porque é que a Secretaria não teve formação para a utilização do programa Fénix.

O Dr. Bertolino respondeu, dizendo que era verdade que não tinha sido dada formação relativa à utilização do programa Fénix aos membros da Secretaria pois o projeto desenhado pela Reitoria não previa formação.

O discente Francisco Pimenta abandonou a reunião por volta das 16:10h, tendo sido substituído pela discente Raquel Sequeira.

O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro perguntou quem é que tinha negociado o caderno de encargos e se a ausência de formação tinha sido comum a todas as Faculdades.

O Dr. Bertolino referiu que tinha sido a Reitoria e que pensava que não tinha sido oferecida formação a nenhuma Faculdade.

O Dr. Jorge Veiga Testos saiu, nesta altura, da reunião.

O Dr. Bertolino referiu que tinha conhecimento de outras Faculdades que não queriam implementar o Programa Fénix e que o tiveram que fazer. Referiu ainda que, na Faculdade de Direito, o Programa Fénix trouxe mais problemas porque o Regulamento é bastante complexo.

O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro perguntou se não tinha sido possível ter os dois Programas a decorrer em simultâneo.

O Dr. Bertolino disse que não era possível e referiu ainda que o Programa Fénix tem mais potencialidades que o sistema antigo.

O discente João Pinto Ramos referiu que esteve anteriormente matriculado no Instituto Superior Técnico e, tendo o Programa Fénix sido lá criado, haviam muitos “bugs” durante os primeiros dois anos, portanto, com a complexidade do Regulamento da FDL, é natural que inicialmente e até haver uma adaptação hajam alguns problemas.

A discente Patrícia Silva levantou um problema relativo aos atrasos nos pedidos de revisão de nota. Questionou se o problema seria a nível informático.

O Dr. Bertolino afirmou que sempre que havia alteração do estado do pedido, o aluno era notificado.

A discente Raquel Goldschmidt referiu um problema relativo à marcação de orais, visto que houve orais que foram marcadas de domingo para segunda-feira ou, até mesmo, marcadas no próprio dia da sua realização. Perguntou se as orais eram marcadas à sexta-feira e o sistema só reconhecia no domingo ou segunda-feira ou se os prazos não foram efetivamente respeitados por quem marcou as orais.

O Dr. Bertolino referiu que os prazos eram respeitados e que só tinha conhecimento de um ou dois casos em que o prazo não tinha conseguido ser respeitado. No entanto, poderá ter havido alguma falha do funcionário que

marcou a oral.

A discente Filipa Teixeira Diniz referiu que no sistema anterior, as orais eram marcadas com mais antecedência.

O Dr. Bertolino disse que, desde que fosse respeitado o prazo de marcação, não era necessária toda a antecedência, até porque não era possível tendo em conta o elevado número de orais que tinham que ser marcadas.

Em face da hora adiantada e da disponibilidade horária dos vários membros do Conselho Pedagógico, o Prof. Dr. José Renato Gonçalves pediu brevidade nas perguntas e que estas fossem agrupadas de modo a poderem ser respondidas no final.

A discente Dr.^a Margarida Monteiro referiu que teve que pedir um certificado de habilitações e que nenhum funcionário da Secretaria sabia emitir.

O discente João Pinto Ramos referiu um problema que surgiu quando, nas classificações de avaliação contínua, quando eram feitas alterações na nota de um aluno, as notas dos outros alunos desapareciam.

A discente Patrícia Silva sugeriu a possibilidade de ser enviada uma notificação para o aluno assim que a oral fosse marcada para que deixe de haver o problema do incumprimento do dia de permeio na marcação das orais, pois assim os alunos têm forma de confirmar quando é que a oral foi efetivamente marcada.

O discente Gonçalo Martins dos Santos perguntou qual era o motivo do atraso do lançamento das notas de avaliação contínua, dos exames escritos e dos exames de recurso. Perguntou ainda que, tendo em conta que o Regulamento diz que só se pode marcar orais até ao último dia útil da semana, como é que era possível que fossem marcadas orais durante o fim de semana. Perguntou se a culpa dos problemas que surgiram seria do Programa Fénix, da Direção ou da Reitoria. Por último, perguntou se era a falta de Professores assistentes que levava ao excesso de alunos por subturma.

O Dr. Tiago Fidalgo Freitas referiu que a sugestão da discente Patrícia Silva relativamente ao envio de notificações aos alunos já tinha sido prevista num grupo de trabalho, mas que tinha sido descontinuada, sem substituição, pela atual Direção. Perguntou se a Direção sabia que o Regulamento era complexo e que o Programa Fénix poderia dar problemas, se insistiu para que fosse aplicado imediatamente ou se não teve mesmo margem de manobra. Perguntou ainda se a Direção sabia (de acordo com a informação dada pela Secretaria) que só seria dada uma tarde de formação, e que esta era insuficiente, se tinham sido pedidas mais horas de formação e a direção recusou ou se se tinha passado outra coisa.

O discente Dr. David Brito perguntou se havia algum plano para que haja consulta pública de notas para os mestrados.

O Dr. Bertolino, passando a responder às várias questões colocadas, referiu, em relação à questão colocada pelo Dr. David, que sim, em princípio iria existir consulta pública de notas nos mestrados.

Quanto à emissão de certificados, referiu que a Faculdade de Direito introduziu o Programa Fénix no seu segundo ano de existência. Há faculdades que entraram no primeiro ano e ainda não conseguem emitir os certificados de final de curso.



W
FA

Concluiu dizendo que este problema só estava a ser tratado e resolvido atualmente.

Quanto à questão colocada pelo discente João Pinto Ramos relativamente às notas que desapareceram do sistema, referiu que este problema já estava resolvido, que se tinha tratado de uma funcionalidade do Fénix que permitia ocultar as notas em estado de edição.

Quanto à questão de notificar os alunos quando forem marcadas orais, referiu que achava que não iria ser possível, mas que iria sugerir à equipa que gere o Fénix.

Quanto ao atraso do lançamento das notas, as notas podem ser lançadas sem ser publicadas automaticamente pois a publicação só é possível após chegarem as grelhas para que se possa disponibilizar a pauta com as notas

Quanto ao problema de serem marcadas orais no fim de semana, afirmou existirem cerca de 4300 provas orais e por vezes é necessário recorrer aos fins de semana para conseguir gerir todas as marcações, mas que iria atender à preocupação levantada pelos Alunos.

Quanto ao Programa Fénix e a responsabilidade pela forma como o programa foi gerido, a grande responsabilidade é da Reitoria. O caderno de encargos está, na opinião do Dr. Bertolino, superficial. Houve falta de formação, que já devia ter sido prevista no caderno de encargos e não estava. Após ter sido solicitada formação à Direção da Faculdade, esta foi dada e tem sido dada durante os últimos meses todas as semanas, desde janeiro.

Quanto ao excesso de alunos por subturma, a solução deve passar pelo aumento do número de subturmas e de Professores assistentes.

Quanto à implementação do Programa Fénix, não sabe se existia margem de manobra, mas outras faculdades também tiveram que implementar sem o querer fazer.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves agradeceu a disponibilidade do Dr. Bertolino e o esclarecimento das questões antes de entrar no ponto seguinte da ordem de trabalhos.

O Dr. Bertolino perguntou ainda se no Novo Regulamento de Avaliação iria existir algum limite para a inscrição nas orais de melhoria, dado que no atual Regulamento não existe tal limite.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves esclareceu que não foi estabelecido limite.

O Dr. Bertolino referiu que havia alunos que se inscreviam em orais de melhoria e depois desistiam antes de ser marcada a data da prova o que prejudicava outros alunos.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves agradeceu a advertência feita e a comparência do Dr. Bertolino na decorrente reunião.

O Dr. Bertolino abandonou a reunião por volta das 16:50h.

Passando a outros assuntos, o Prof. Dr. José Renato Gonçalves referiu que, tal como tinha sido previamente acordado, a próxima reunião ficava agendada, em princípio, para 9 de maio às 10 horas.

O discente Gonçalo Martins dos Santos informou que na próxima reunião já não

será Vogal do Departamento Pedagógico e, por isso, queria deixar uma palavra de apreço a todos os membros. Elogiou a prestação do Presidente do Órgão e afirmou que considerava que a colaboração, não só entre docentes e discentes, mas também com o Presidente do Órgão bastante profícua e com grandes resultados. Afirmou que a AAFDL irá continuar a desempenhar as suas funções, na defesa intransigente dos Alunos, independentemente de quem esteja nos seus cargos e que surjam obstáculos, pois estes, no final do dia, serão sempre ultrapassáveis.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves agradeceu as palavras do discente Gonçalo Martins dos Santos e felicitou-o por todo o trabalho realizado no Conselho Pedagógico, sempre muito atento a todas as questões pertinentes e especialmente empenhado em encontrar com a colaboração de todos das melhores soluções para os problemas identificados.

O Dr. Tiago Fidalgo Freitas agradeceu em nome do Órgão toda a colaboração que o discente Gonçalo Martins dos Santos teve nas reuniões e nos problemas que ajudou a resolver e que antecipou.

Referiu ainda que, depois da audição do Dr. Bertolino, ainda não estava claro qual era a origem dos problemas e que era necessário descobrir essa origem.

O Dr. Ricardo Bernardes abandonou a reunião por volta das 16:55h.

O Dr. Tiago Fidalgo Freitas propôs que se solicitasse a presença da Sra. Diretora Executiva para que pudesse esclarecer o Órgão quando à origem dos problemas e a responsabilidade sobre os mesmos.

O Dr. João Lemos Esteves referiu que tinha entendido, tendo em conta o que foi dito pelo Dr. Bertolino, que a responsabilidade caberia maioritariamente à Reitoria.

O Prof. Dr. José Renato Gonçalves perguntou aos membros do Conselho se consideravam útil e se se justificava solicitar a presença da Sra. Diretora Executiva na próxima reunião com o fim de esclarecer algumas dúvidas sobre as questões colocadas. Tendo os membros do Conselho se pronunciado favoravelmente ao pedido de audição, o Presidente comprometeu-se a convidar a Senhora Diretora Executiva para estar presente na próxima reunião.

O Prof. Dr. António Barreto Menezes Cordeiro também deu parabéns ao discente Gonçalo Martins dos Santos e referiu, quanto à questão da responsabilidade pelos problemas existentes e relativamente ao caderno de encargos, que não se deve responsabilizar apenas a Reitoria e que se deve pensar numa outra vertente: não há vantagem em imputar a culpa à Direção atual e que se devia ver quem lá estava na altura, referindo o Prof. Dr. Vera Cruz Pinto e o Prof. Dr. Jorge Duarte Pinheiro.

O discente Dr. David Brito afirmou ter sido um prazer trabalhar com o discente Gonçalo Martins dos Santos e agradeceu todo o trabalho desempenhado.

O Presidente encerrou a reunião por volta das 17:00 horas.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Presidente do Conselho Pedagógico

(Prof. Doutor José Renato Gonçalves)

A Secretária do Conselho Pedagógico

(Mónica Almeida)